**Nota das Centrais Sindicais**

**Que o Congresso Nacional assuma o protagonismo: devolva a cruel MP927!**

As Centrais Sindicais, reunidas virtualmente nesta segunda-feira (23), afirmam que a Medida Provisória 927, editada pelo governo federal, na calada da noite de domingo (22), é cruel e escandalosa.

Chega a ser surreal pensar que um presidente da República possa agir de maneira tão irresponsavelmente discriminatória e anti-social, jogando nas costas dos trabalhadores mais fracos e mais pobres todo o ônus desta delicada crise que atravessamos.

A exemplo das medidas adotadas por muitos países também assolados pelo coronavírus, agora, mais do que nunca, é a hora de o Estado exercer seu papel de regulador, protegendo empregados e empregadores, resguardar a renda, o funcionamento da economia e, em face, da emergência sanitária, priorizar a saúde e s vida da população e da classe trabalhadora.

Porém, ao invés de comportar-se como um estadista, Jair Bolsonaro edita uma MP macabra que autoriza demissões e o corte unilateral de salários, que não regula a proteção aos trabalhadores em serviços essenciais e que, pior do que isso, descaracteriza a contaminação por coronavírus como acidente de trabalho, o que é particularmente cruel com trabalhadores em serviços essenciais, inclusive da saúde, além de uma longa lista de outras maldades.

Mesmo diante da forte repercussão negativa, especialmente no Congresso Nacional e do anuncio da revogação do artigo 18 da MP 927 de Bolsonaro, essa medida se mostra insensível às demandas da sociedade ao atacar salários, direitos e empregos e tentando passar por cima dos legítimos representantes dos trabalhadores, que são os sindicatos, por meio de incentivo a negociações individuais.

Trata-se de mais uma atitude contraproducente, uma vez que, dada a nossa longa, consagrada e reconhecida experiência em negociação e em enfrentamento de crises financeiras muito podemos ajudar, fazendo o que for necessário pelos trabalhadores brasileiros.

Posto isso, demandamos que o Congresso Nacional devolva imediatamente essa MP 927 ao poder executivo e convoque imediatamente as Centrais Sindicais, as Confederações patronais e órgãos do Estado para produzirmos, de maneira muito célere uma Câmara Nacional de Gestão de Crise para combater a pandemia com medidas justas e sociais garantindo emprego e direitos dos trabalhadores de modo a enfrentarmos e vencermos mais essa crise.

Proteger os empregos e a renda de todos os trabalhadores é a base para dar as condições e a segurança necessárias para que todos cumpram as medidas de isolamento e cuidados com a saúde. Ampliar as quarentenas, resguardando o trabalho dos setores estratégicos, cuidar prioritariamente dos mais pobres e vulneráveis é tarefa do Estado e deve contar com o apoio de todos.

Assim, é fundamental instituir um Programa Emergencial de modo a:

1) Assegurar fornecimento de água, luz, telefone, tv e internet;

2) Incentivar acordos coletivos que preservem os salários e os empregos durante a pandemia;

3) Criar Fundo de Emergência para, durante a crise, garantir um salário mínimo mensal para desempregados, informais e conexos;

4) Acelerar o processo de concessão de aposentadorias, solucionando imediatamente milhões de processos pendentes;

5) Regularizar os beneficiários do Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada;

6) Criar linhas de crédito e financiamento para os setores obrigados a paralisar suas atividades, com a contrapartida de manutenção do emprego, salário e direitos;

7) Articular com o Congresso Nacional e todos os governadores, independentemente da filiação política e ideológica.

O movimento sindical estará junto daqueles que querem somar e compartilhar os compromissos de solidariedade com toda a sociedade, em especial com os mais pobres e desprotegidos.

**São Paulo, 23 de março de 2020.**

**Sergio Nobre,** presidente da CUT (Central única dos Trabalhadores)

**Miguel Torres,** presidente da Força Sindical

**Ricardo Patah,** presidente da UGT (União Geral dos Trabalhadores )

**Adilson Araújo,** presidente da CTB (Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil)

**José Calixto Ramos,** presidente da NCST (Nova Central de Sindical de Trabalhadores)

**Antonio Neto,** presidente da CSB (Central de Sindicatos do Brasil)

**Edson Carneiro Índio,** secretário geral da Intersindical Central da Classe Trabalhadora

**Ubirací Dantas de Oliveira,** presidente da CGTB (Central Geral dos Trabalhadores do Brasil)